



COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS COMO FORMA DE ARTICULAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM OS MERCADOS E COM O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS

Jorge Amaral Moraes

RESUMO

Partindo da premissa que grande parte da agricultura familiar brasileira ainda não consegue se sustentar economicamente e fazer parte do desenvolvimento rural devido aos mecanismos de comercialização da produção e de vinculação ao mercado, pressupõe-se que é necessário buscar formas de participação desta em mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações. A criação de estratégias que possibilitem a melhoria das condições de acesso aos mercados e de agregação de valor à produção agropecuária são desafios enfrentados pelos agricultores familiares. Este estudo teve como objetivo principal identificar e avaliar o papel das cooperativas agroindustriais na mediação e articulação da agricultura familiar com a dinâmica socioeconômica de desenvolvimento dos territórios rurais e na inserção dos agricultores familiares locais nos mercados agroalimentares. O território rural analisado é formado por sete municípios da região de abrangência da Cooperativa Languiru, com sede em Teutônia-RS. Foi realizado um estudo exploratório-descritivo, com dados dos relatórios de atividades da Cooperativa e dados secundários sobre os municípios. A cooperativa atua nas cadeias de aves, suínos e laticínios e a industrialização foi uma das formas de agregar valor à matéria-prima, qualificando a produção dos associados e gerando postos de trabalho. Ela atua de forma vertical em todos os segmentos dessas cadeias, criando uma barreira à entrada de eventuais concorrentes, realizando toda a comercialização, logística de distribuição e contatos com o mercado interno e com os principais agentes dos países importadores de carnes, criando as condições para o comércio dos produtos originados na região.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Cooperativismo agropecuário. Desenvolvimento rural. Territórios rurais.

1 INTRODUÇÃO

As oportunidades de desenvolvimento territorial-rural dependem das especificidades e da dinâmica de cada território. Estas refletem a complexidade das combinações de variáveis socioeconômicas e ambientais endógenas com variáveis externas, assim como das formas de regulação estabelecidas entre os diferentes níveis de governos, instituições e atores sociais. As abordagens utilizadas neste estudo representam uma tentativa de captar essas situações dentro de um território rural, enfatizando, além das determinantes globais, os fatores endógenos, as formas de agir dos atores sociais, as estruturas institucionais e a dimensão territorial nos processos de desenvolvimento rural. Então, o local passa a ser o espaço onde as potencialidades e os recursos são aproveitados, em conjunto com as oportunidades externas, dentro de uma estratégia local de atores sociais que se identificam



com estes territórios e passam a buscar uma organização territorial e políticas de desenvolvimento regional-local que melhor atendam às suas necessidades.

Em abordagens recentes, o desenvolvimento regional, alicerçado nos territórios rurais, vem se destacando, principalmente no que se refere às escalas globais e locais, como resultado da crescente importância socioeconômica desses territórios e das ações dos atores locais. No Brasil, a partir da década de 1990, começaram a emergir novas abordagens analíticas nos estudos e políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento rural. As principais causas para isso foram as transformações socioeconômicas e políticas, a incorporação da noção de sustentabilidade ambiental, uma nova interpretação do papel do rural no desenvolvimento regional e a emergência da perspectiva territorial do desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2003). De acordo com esse autor, foi nesse período que a noção de agricultura familiar se firmou como uma categoria política e foi assimilada por estudiosos e formuladores de políticas. E, assim, um dos temas que mais se destacou no debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil foi o da agricultura familiar e de seu potencial como modelo socioeconômico e produtivo para a sociedade brasileira.

Conforme dados do Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2006, a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos no Brasil, representando 10% do PIB nacional e 75% da mão de obra trabalhadora no campo. No entanto, ainda há um importante segmento da agricultura familiar brasileira que não consegue se sustentar economicamente devido aos mecanismos de comercialização da produção e dos insumos ou de vinculação ao mercado. Muitas vezes a vinculação ao mercado ocorre por meio de intermediários ou comerciantes regionais-locais, o que reduz as margens de escolha na comercialização e as possibilidades de acesso ao crédito e à informação.

De maneira geral, a maior desafio para que a agricultura familiar venha a se tornar a base do desenvolvimento rural é o de obter formas de participação em mercados mais dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações, porque existe uma tendência de redução gradual dos preços agrícolas e da renda bruta. Uma saída poderia ser uma mudança nas formas de organização dos agricultores familiares, como forma de atingir novos mercados consumidores de alimentos. Segundo Abramovay (1999), mesmo nos mercados convencionais de produtos agrícolas há um espaço significativo que pode ser ocupado pela agricultura familiar cujo desempenho, entretanto, vai depender fundamentalmente de sua capacidade de organização local e apoio das instituições públicas e privadas para facilitar a



sua articulação com as dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento dos territórios rurais.

A criação de estratégias, individuais e coletivas, que possibilitem a melhoria das condições de acesso aos mercados e de agregação de valor à produção agropecuária tornam-se um dos maiores desafios enfrentados pelos agricultores familiares. Na comercialização da produção, o desafio para o agricultor familiar é superar a pressão pela especialização e pelo aumento da escala para reduzir custos. Com a especialização em um único cultivo, o agricultor familiar perderia as vantagens da produção diversificada, se tornando vulnerável às oscilações de preços e às eventuais quedas de produção. A comercialização na agricultura familiar está baseada na diversificação da produção, e não na escala, uma das principais diferenças da agricultura patronal ou de grande escala.

Outro desafio para a agricultura familiar, como forma de viabilizar a produção, é a necessidade de industrialização e de agregação de valor, realizadas pela transformação ou beneficiamento dessa produção. Com a industrialização e a agregação de valor fazendo parte do processo produtivo da agricultura familiar, seria possível garantir a soberania alimentar da população e a possibilidade de controle de diversos segmentos das cadeias produtivas, podendo incluir também a distribuição e a produção de alguns insumos. Dessa forma, verifica-se uma mudança do papel da agricultura familiar, que passa da simples produção agrícola para a industrialização da matéria-prima.

A agricultura familiar tem como característica a diversidade, a dispersão e a heterogeneidade de produtores, dificultando o acesso aos mercados, já que grande parte deles não consegue manter escalas na comercialização de produtos mais homogêneos. Os agricultores familiares têm dificuldades de inserção nos mercados devido à quantidade produzida e ao baixo acesso aos serviços de assistência técnica e crédito. Todavia, as cooperativas poderiam auxiliar no processo de transferência de tecnologias e informações nas cadeias produtivas e no ganho de escala na produção, facilitando as negociações com as grandes redes, a adoção dos padrões de produtos e sistemas de produção e a redução dos custos de transação.

A partir desse contexto, espera-se que a reprodução e a sustentabilidade socioeconômica da agricultura familiar de uma determinada região podem ser obtidas por meio de uma articulação com as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais. Isso poderia ser feito por meio das cooperativas agroindustriais, dando início à formação de uma



aglomeração produtiva específica, estruturadas a partir de cadeias produtivas agroalimentares e agroindustriais locais.

Acredita-se que seja possível que as cooperativas agroindustriais venham a ser um importante mecanismo de articulação da agricultura familiar com a dinâmica socioeconômica de desenvolvimento dos territórios rurais e com os processos de reestruturação do sistema produtivo global. A gestão das organizações cooperativas poderiam, assim, aumentar a participação destas nesse processo dando maior ênfase a ações e projetos direcionados ao desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Isso pode ser feito seguindo os princípios cooperativos e assumindo um papel social local, por meio de políticas aprovadas pelos seus membros, sem perder de vista a necessidade de manter a sustentabilidade socioeconômica. Espera-se, também, que o cooperativismo possa representar uma alternativa para os agricultores familiares, possibilitando a inserção destes nos diversos mercados, ampliando a possibilidade de participação e aumentando o seu potencial de competitividade.

Considerando a diversidade de atividades produtivas agrícolas, agroindustriais e de serviços das cooperativas agroindustriais, este estudo busca responder às duas seguintes questões: Qual é o papel desempenhado pelas cooperativas no processo de articulação da agricultura familiar local com as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais? As cooperativas agroindustriais podem ser uma forma de inserção sustentável da agricultura familiar nos mercados de produtos agroalimentares e agroindustriais?

Este estudo tem como objetivo principal identificar e avaliar o papel das cooperativas agroindustriais na mediação e articulação da agricultura familiar com a dinâmica socioeconômica de desenvolvimento dos territórios rurais e na inserção sustentável dos agricultores familiares locais nos mercados de produtos agroalimentares. Mais especificamente, buscou-se: avaliar a participação da Cooperativa Languiru e de seus agricultores familiares associados/cooperados na produção física e na geração de renda, agropecuária e agroindustrial, dos municípios do território de abrangência da Cooperativa; estimar a contribuição, direta e indireta, da cooperativa na geração de empregos e de ocupações na sua área de abrangência; identificar os principais mercados de destino e quantificar a produção agroindustrial da cooperativa destinada a cada um deles; e, estimar a agregação de valor à produção agropecuária realizada pela Cooperativa.

2 DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS



Os desafios externos da globalização dos mercados e da competitividade podem ser superados através do desenvolvimento de abordagens “locais”, “endógenas” e “territoriais”, que enfatizam o potencial dos fatores locais e das ações dos atores sociais, das instituições e das aglomerações produtivas locais (MORAES, 2013; PECQUEUR, 2004; SABOURIN, 2002). Assim, destacam-se as significativas interações entre as cadeias agroalimentares e agroindustriais e os territórios, decorrentes do fato de que as lógicas dessas cadeias produtivas e a dos territórios serem inseparáveis (SAUTIER, 2002). Essas interações, que são também relações de interdependência, encarregam-se de explicar as dinâmicas territoriais-locais e as formas específicas de articulação entre o “local” e o “global”, uma vez que no espaço local é onde ocorre a convergência entre o rural e o urbano, onde se encontram o “mundo urbano” e o “mundo rural” (WANDERLEY, 2001).

Os espaços urbanos e rurais, quando integrados, vem sendo denominado de “território rural”. A abordagem territorial e multidisciplinar do desenvolvimento rural facilita e, ao mesmo tempo, sugere a utilização do potencial local, o aproveitamento das oportunidades externas ao território, principalmente nas possibilidades de acesso aos mercados agroalimentares, e a. Tudo isso é importante para os estudos que buscam interpretar e descrever as diversificadas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais.

A definição de território rural supera a dicotomia rural-urbano ao incorporar tanto as cidades com seu entorno, como todas as suas áreas rurais e agrícolas. Isso faz com que aumente o interesse por novas abordagens e modelos de interpretação dos sistemas econômicos regionais baseados em processos de produção industrial difusa, que ultrapassam a dicotomia rural-urbano e incorporam componentes e influências rurais.

Essas abordagens e modelos podem incorporar tanto as formas de uso de tecnologias e recursos ambientais como também de aproveitamento da força de trabalho familiar rural. Porém, emerge uma nova perspectiva sobre o mundo rural apoiada em argumentos que abrem a possibilidade de o *território rural* oferecer alternativas de emprego e renda e algumas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população.

No debate brasileiro em torno do desenvolvimento rural já se identifica uma mudança de visão nas novas abordagens utilizadas para compreender o papel do rural no desenvolvimento regional do país. Uma nova perspectiva de estudo vem substituindo a visão tradicional, que se apoiava na dicotomia rural-urbana e confundia rural com agrícola, por uma visão sobre o mundo rural que se apoia na possibilidade de o “território rural” incluir



também as pequenas cidades do “interior” e oferecer novas alternativas de emprego e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população. Espera-se que, assim, os *territórios rurais* possam utilizar o potencial local, aproveitar as suas características históricas e culturais particulares e estar integrados socioeconomicamente com o seu entorno ou com o exterior, levando a uma nova ruralidade e contribuindo para o desenvolvimento desses territórios.

Embora as definições do que seja exatamente *desenvolvimento rural* tenham variado ao longo do tempo, todas as propostas conceituais destacam a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final do desenvolvimento rural. O conceito de desenvolvimento rural alterou-se ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento macroeconômico e a vida social, gradualmente, impõem às famílias e às atividades rurais (NAVARRO, 2001). Segundo este mesmo autor, a expressão *desenvolvimento rural* é uma ação previamente articulada que pretende induzir mudanças em um determinado ambiente ou território rural. Por isso, os diferentes níveis de governo sempre estiveram presentes em todas as propostas de desenvolvimento rural, como seu agente principal na elaboração de ações para implantar uma estratégia futura de desenvolvimento rural ou visando alterar realidades do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos.

Desde os anos noventa, o próprio significado do que é realmente rural tem sido objeto de debate entre os pesquisadores e, em consequência disso, os seus conceitos tradicionais vêm sendo repensados. O que já é fruto desse debate é o abandono da identificação do rural como meramente agrícola e a pouca utilidade da dicotomia rural-urbano para as análises do desenvolvimento. Assim, então, é possível passar a considerar o desenvolvimento rural como um processo de mudança social com o objetivo de promover ações locais e endógenas articuladas nesses territórios. Dessa forma, o território passa a ser interpretado como uma nova unidade de referência e mediação para as ações e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Com mais destaque neste século, começaram a surgir estudos baseados na perspectiva territorial do desenvolvimento rural, na qual o *local* e o *endógeno* são características integrantes. Nesse ponto, é referência obrigatória o texto de Schejtman & Berdegué (2003), onde estes descrevem, de forma sistemática, a evolução do enfoque territorial e os conceitos e critérios operativos da abordagem centrada no desenvolvimento territorial rural (DTR). Esses autores definem DTR como um processo de transformação



produtiva e institucional em um determinado espaço rural com a finalidade de reduzir a pobreza local. Além desta permanente preocupação com a pobreza rural, reforçam o propósito de a produção se articular, de forma competitiva e sustentável, com a economia interna do território e com mercados externos dinâmicos. E ainda, segundo eles, o desenvolvimento institucional tem o propósito de estimular e facilitar a interação e a articulação dos atores locais, entre si e com os agentes externos relevantes.

Essa nova perspectiva sobre o mundo rural tem como base argumentos que abrem a possibilidade de um *território rural* também oferecer alternativas de emprego e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da população local. Entretanto, para oferecer isso, o território rural deve utilizar o seu potencial local, aproveitar as oportunidades externas e suas características históricas e culturais particulares e também estar integrado com a economia e a sociedade local. Esses são os contornos que poderão contribuir para o desenvolvimento local dos territórios rurais.

E ainda, a articulação e/ou integração da agricultura com outros setores, e do rural com o urbano, tem sido o caminho seguido por alguns territórios rurais com significativa presença de agricultores familiares. Esta seria uma resposta local às mudanças provocadas pela reestruturação do sistema produtivo global, ao modelo atual de modernização tecnológica dos processos produtivos agroindustriais e ao crescente acesso das famílias rurais aos diversos mercados locais (de trabalho, de bens e serviços e de fatores). Muitos desses territórios rurais ainda se sustentam economicamente por meio de atividades de produção agropecuárias, ao lado de atividades agroindustriais, exercidas por pequenas e médias empresas, capitalistas ou cooperativas. Enfim, o desenvolvimento desses territórios depende das dinâmicas externas, como mercados agrícolas ou agroindustriais, e das dinâmicas internas.

Nas análises de alguns aspectos da gestão, das estruturas e do funcionamento de cadeias produtivas agroalimentares e agroindustriais, como estruturas produtivas básicas dos sistemas produtivos locais, têm sido utilizados alguns conceitos teóricos e abordagens que, cada vez mais, têm se mostrado adequados para esses estudos. Nessas abordagens pressupõe-se que exista uma associação entre o desenvolvimento regional-rural e o desempenho das cadeias produtivas agroalimentares e agroindustriais locais.



3 METODOLOGIA

Neste trabalho, o território rural destacado para ser analisado foi aquele formado pelos sete principais municípios da região de abrangência da Cooperativa Languiru, com sede no município de Teutônia-RS, considerado a unidade de referência ou o recorte para eventuais ações e políticas de desenvolvimento rural. Além deste onde fica a sede da cooperativa, utilizou-se, também, como referência para o estudo os municípios de Arroio do Meio, Colinas, Estrela, Imigrante, Poço das Antas e Westfália. O critério principal utilizado para selecionar esses municípios foi o seu percentual de participação na produção de aves, suínos e leite fornecidos para a cooperativa em 2014. A base da economia do território de abrangência da Cooperativa Languiru é a agropecuária, com uma produção bastante diversificada. As principais atividades agropecuárias são: bovinocultura leiteira, avicultura, suinocultura e a produção de ovos, feijão, aipim, batata, hortaliças e lenha de acácia e eucalipto. A região é caracterizada pela agricultura familiar com uma estrutura agrária que tem uma área média de 8,8 hectares por estabelecimento. O setor industrial é liderado pela indústria alimentícia e pela indústria calçadista, seguidas pelos setores de esquadrias, moveleiro, metalúrgico e lapidação de pedras.

Para atingir os objetivos propostos pelo estudo, foi realizada, inicialmente, uma revisão da literatura e do debate teórico em torno da temática das relações da agricultura familiar com as dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento rural e com as diferentes interfaces com os mercados. Esta revisão teve como propósito aprofundar a discussão em torno do papel das cooperativas na mediação e articulação da agricultura familiar com o desenvolvimento rural e com os mercados.

Em seguida foi realizado um estudo de caráter exploratório-descritivo, por meio de uma pesquisa documental, com dados dos relatórios de atividades da Cooperativa (produção de suínos, aves e leite) e secundários obtidos no IBGE (produção física e rebanhos). Este estudo visava à avaliação do Faturamento Bruto ou Renda Bruta ($RB=Q \times P$) gerada pelos agricultores familiares associados e pela Cooperativa Languiru, como referência para a análise da participação desta e de seus associados na produção física (Q) e na Renda Bruta ($RB=Q \times \text{Preço médio}$) agropecuária e agroindustrial dos municípios de abrangência da Cooperativa. Para obter o valor agregado à produção, pela Cooperativa, e a quantificação e destinação mercantil foi realizado um levantamento das informações sobre a produção total (Q) agropecuária dos associados e o faturamento bruto ($RB=Q \times P$) da



produção destinada à Cooperativa pelos associados e a produção agroindustrial da Cooperativa, disponíveis no relatório de atividades de 2014. Em função de problemas técnicos internos da Cooperativa não foi possível consultar os dados primários dos cadastros de associados. A análise foi realizada utilizando-se dados relativos aos preços médios (P) praticados na região em 2014 e as quantidades (Q) de matérias-primas recebidas (aves, suínos e leite) e de produtos industrializados vendidos (carnes de frango e suína resfriadas e congeladas, embutidos e produtos lácteos).

Ao mesmo tempo, foi realizado um levantamento de dados secundários sobre as quantidades produzidas pelos municípios, disponíveis no banco de dados do “IBGE Cidades” e do Censo Agropecuário, divulgados pelo IBGE. As informações sobre empregos diretos e indiretos gerados pela Cooperativa, que deveriam ter sido fornecidos pela Cooperativa, pelos mesmos motivos informados anteriormente (problemas técnicos internos da Cooperativa), não foram disponibilizados dentro do tempo factível para a realização deste relatório. A busca das informações sobre empregos formais dos municípios do território e número de empregados em alguns setores específicos e sobre pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais da região foi realizada, respectivamente, nos bancos de dados do CAGED-RAIS (Ministério do Trabalho) e do IBGE.

4 RESULTADOS

A Cooperativa Languiru, desde que foi fundada, em 1955, segue os princípios do cooperativismo, da ajuda mútua, esforço, responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade. A Cooperativa foi fundada em 13 de novembro de 1955, no município de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul. As atividades iniciaram no dia 1º de junho de 1956, num pequeno armazém que fornecia gêneros de primeira necessidade e insumos agrícolas e recebia a produção dos associados.

Visando manter a qualidade e a excelência, a Languiru investe e participa de algumas cadeias produtivas, na industrialização e na comercialização de seus produtos. A cooperativa atua nas cadeias produtivas de aves, suínos, embutidos, laticínios, rações e varejo. Nos últimos dez anos, a cooperativa vem aumentando a sua participação nas cadeias em que atua, por meio de um eficiente planejamento, representado pelos modernos parques industriais da cooperativa.



Com o crescimento do setor agropecuário, a industrialização foi uma das formas de agregar valor à matéria-prima, valorizando e qualificando a produção dos associados da cooperativa. O desenvolvimento social se verifica através da constante geração de novos postos de trabalho. Para obter melhores resultados na venda de suínos, a cooperativa alugou um frigorífico de suínos e bovinos em janeiro de 1957. No mesmo ano, foi construída a primeira sede da Fábrica de Rações no Distrito de Languiru, que na época pertencia ao município de Estrela.

Em 1964, a cooperativa inaugurou, também no Distrito de Languiru, uma indústria de laticínios e, em 1975, incorporou a Cooperativa Agrícola Mista União Ltda., de Estrela. Entre 1976 e 1979, foi inaugurado um supermercado, o setor de Forragens, o Departamento Agropecuário (DAP), transferindo o abate de bovinos para Bom Retiro do Sul e transformando o frigorífico de Vila Schmidt em abatedouro de aves. Na década de 1990 iniciaram as obras de construção da Unidade Produtora de Leitões (UPL), foi implantado mais um incubatório de pintos, foi construída uma nova indústria de embutidos e foram inaugurados mais dois supermercados.

A partir do ano 2002, a cooperativa passou por um processo de reformulação estrutural e funcional, quando a empresa buscou a profissionalização administrativa por meio da implementação de medidas de austeridade e enxugamento em todos os setores, iniciando a construção de uma indústria de laticínios própria em 2004, inaugurada no ano seguinte e, em 2008, voltou a industrializar embutidos. Entre 2009 e 2013 ocorreu uma série de investimentos em infraestrutura em diversos municípios da região, com a expansão da produção de leitões, do setor de supermercados, de diversas lojas de ferramentas, máquinas e bazar (Agrocenter Languiru) e do abate e processamento de suínos, inaugurando mais dois frigoríficos.

Segundo as informações fornecidas pela cooperativa, esta vive um momento histórico: de crescimento, de retorno dos investimentos realizados, de credibilidade e de consolidação do seu modelo de gestão. A cooperativa está entre as 100 maiores empresas do Rio Grande do Sul (59º lugar) e é a terceira maior cooperativa de produção do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista o grande número de municípios que abrigam os mais de 5 mil associados que entregam produtos agropecuários à cooperativa, na determinação do território de abrangência da cooperativa, que passou a compor a amostra de municípios representativos desse território, foi necessário realizar uma seleção desses municípios. Isso



foi necessário para reduzir esse número, já que a pulverização somente aumentaria o volume de trabalho e não teria nenhum acréscimo na qualidade dos resultados. Então, utilizando-se como critério para a seleção a participação relativa dos municípios na produção de aves, suínos e leite entregues à cooperativa, foram selecionados os sete municípios com maior participação nessa produção. Assim, foram selecionados os municípios de Arroio do Meio, Colinas, Estrela, Imigrante, Poço das Antas, Teutônia e Westfália.

Verificou-se, também, que a área média dos estabelecimentos rurais nesses sete municípios que formam o território de abrangência da Cooperativa é de 11,6 ha, sendo este, ao lado da predominância de trabalho familiar, um dos mais importantes indicativos para caracterizar os estabelecimentos rurais do território como de agricultura familiar.

4.1 As cadeias produtivas de lácteos, carne suína e carne de frango

Na segmentação das cadeias produtivas agroalimentares (CPA) na região de estudo, de jusante a montante, a comercialização é inteiramente internalizada pela Languiru, que mantém contatos com os clientes finais da cadeia de produção, no mercado interno (supermercados, mercearias, restaurantes, etc.) e com os agentes dos principais países importadores de carnes suína e de frango. Assim, são criadas as condições para o consumo e o comércio dos produtos finais originados na região e realizada toda a logística de distribuição dos produtos acabados. A agroindustrialização é realizada, principalmente, por um frigorífico de aves em Westfália, um frigorífico de suínos em Poço das Antas, uma indústria de laticínios em Teutônia e uma fábrica de rações em Estrela. Estes processam o produto primário (aves, suíno, leite e milho) recebido dos agricultores familiares associados, transformando essas matérias-primas em produtos intermediários (milho para rações), destinados a outras indústrias, ou em produtos acabados, destinados ao consumo, como carnes resfriadas ou congeladas, embutidos e os produtos lácteos. Por fim, complementando a cadeia produtiva, a produção de matéria-prima é formada pelos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares, que fornecem essas matérias-primas primárias (aves, suínos, leite e milho) e intermediárias (pintos e leitões) para a Cooperativa Languiru, que produz o produto final destinado ao consumidor (carnes, embutidos e lácteos) ou ao produtor associado como insumo (rações).



Em função da importância destacada dos segmentos de aves, suínos, leite e embutidos na formação do faturamento bruto total da cooperativa, optou-se por priorizar esses segmentos na pesquisa, buscando ser mais objetivo em relação aos resultados buscados, em função da menor dispersão e maior disponibilidade de informações agregadas sobre essas atividades, assim como, para aproveitar da melhor forma possível os recursos logísticos para a realização da pesquisa. Por isso, selecionou-se os segmentos produtivos que atingiram 76% do faturamento bruto da cooperativa em 2014, leite (25%), aves (30%) e suínos (14%) e, por estar vinculado diretamente a estes dois últimos, o de embutidos (7%).

A articulação e/ou integração das cadeias produtivas agroalimentares com outros setores, e do rural com o urbano, tem sido o caminho seguido por alguns territórios rurais. Este é o caso do território formado pelos sete municípios que mantêm maiores vínculos com as atividades da cooperativa, com uma significativa presença de agricultores familiares, com estabelecimentos rurais com área média de pouco mais de 11 hectares.

Esta poderia ser uma resposta local às mudanças provocadas pela reestruturação do sistema produtivo global, ao modelo atual de modernização tecnológica dos processos produtivos agroindustriais e ao crescente acesso das famílias rurais aos diversos mercados locais (de trabalho, de bens e serviços e de fatores. Poderia ser uma estratégia de desenvolvimento, considerando que esses territórios dependem das oportunidades oferecidas pelas dinâmicas externas, como mercados agroalimentares, e do potencial das dinâmicas internas.

Este estudo partiu do pressuposto de que é necessário promover estratégias de desenvolvimento regional, diversificadas e adaptadas ao potencial das zonas rurais e urbanas dos territórios, que favoreçam o desenvolvimento local, gerando postos de trabalho e renda. A importância da cooperativa na geração de empregos se verifica, por exemplo, no caso do frigorífico de aves, no município de Westfália, que é responsável por 66% do total de empregos formais do município, e do frigorífico de suínos, em Poço das Antas, que gera mais de 71% dos empregos formais deste município. Com isso, acredita-se que pequenas e médias cidades podem se transformar em pontos de referência para redes de suporte ao desenvolvimento dos territórios rurais.

Além dos empregos referidos acima nas agroindústrias (frigoríficos de aves e suínos, laticínios e fábrica de rações), é importante registrar que a cooperativa possui atualmente, na região, supermercados, lojas de insumos e máquinas agrícolas, postos de gasolina,



matrizeiro, incubatórios e unidades produtoras de leitões. Estes geram mais de 3.000 mil empregos, quase todos distribuídos entre os sete municípios da amostra deste estudo.

4.2 Participação da Cooperativa na produção física e na renda dos municípios

Com relação à região de abrangência da Cooperativa Languiru, espera-se o aproveitamento do potencial endógeno do território, da capacidade produtiva da agricultura familiar da região e das oportunidades de mercado oferecidas, principalmente, pelo alto potencial de consumo de bens e serviços do contingente populacional da região metropolitana de Porto Alegre. Além do fato de se adaptarem muito bem à agricultura familiar da região, espera-se, também, que as atividades produtoras de bens e serviços agroalimentares, como é o caso dos derivados de aves, suínos e leite, possam ser dinamizadoras e transformadoras da realidade socioeconômica em escala regional. Estas atividades têm um substancial efeito multiplicador na geração de renda e de ocupações para a população desse território.

Produção de Aves

A cadeia produtiva do frango de corte tem uma oferta concentrada em um pequeno número de grandes empresas, estruturadas através de contratos de integração entre as agroindústrias e os criadores. As agroindústrias ficam responsáveis pelo fornecimento de insumos, (pintos, rações e medicamentos), pela garantia da aquisição/recebimento das aves terminadas e pelo abate, processamento e distribuição do produto final.

Entre os municípios representativos do território de abrangência da cooperativa, os dois principais produtores e fornecedores de aves para a mesma são Teutônia (23,3% do recebimento da Languiru) e, principalmente, Westfália (39,2% do recebimento da Languiru recebe), fornecendo mais de 15,6 milhões dos 37,2 milhões de frangos que a Cooperativa recebe por ano. Neste último município está localizado o frigorífico de aves da cooperativa. A cooperativa recebe mais 90% da produção total de aves de Teutônia (94,1%) e Westfália (91,0%) e de 80,2% da de Colinas (Tab. 1). Embora o município de Estrela tenha sido, em 2014, um grande produtor de frango, perdendo apenas para Westfália, entre os que representam o território neste estudo, somente 20% dessa produção foi destinada à cooperativa (Tab. 1).



Outro fator importante que deve ser destacado é o da variação percentual da produção total de aves do conjunto dos municípios da amostra, entre 2005 e 2014, que teve um aumento de 40% nessa década (Tab. 1). Entre 2001 e 2013, houve um crescimento no recebimento de aves pela cooperativa, que passou de pouco mais de 15 milhões para mais de 35 milhões nesse período.

Tabela 1 - Produção de aves nos municípios representativos do território - em 2014

Municípios	Produção total estimada (cab.)	Produção p/ Languiru (cab.)	Produção p/ Languiru/total (%)	Variação 2014/2005 (%)
Arroio do Meio	7.864.200	87.576	1,1	0,7
Colinas	3.776.380	3.029.347	80,2	54,0
Estrela	13.832.220	2.766.618	20,0	18,5
Imigrante	8.236.500	4.275.320	51,9	45,3
Poço das Antas	2.750.600	2.157.564	78,4	- 21,3
Teutônia	9.873.260	9.287.078	94,1	100,0
Westfália	17.174.420	15.620.444	91,0	83,5
Total	63.507.580	37.223.947	58,6	39,9

Fonte: Languiru (2015) e IBGE (2015)

Nessa cadeia produtiva, a cooperativa assume todas as tarefas que cabe à agroindustrialização, atuando de forma vertical em todos os segmentos da cadeia produtiva, criando uma barreira à entrada de novas agroindústrias no setor. Isto porque os novos entrantes teriam que desenvolver a sua própria cadeia de suprimentos, buscando novos criadores e desenvolvendo canais de distribuição.

Produção de Suínos

A produção total de suínos dos municípios que compõem o território de abrangência da Cooperativa foi estimada, com base nos dados do IBGE (2015), em 937.146 cabeças, em 2014, sendo que 29,4% dessa quantidade foi recebida pela cooperativa. Os maiores produtores foram os municípios de Arroio do Meio (214.760), Estrela (211.820) e Teutônia (195.314). Embora o município de Poço das Antas seja a sede do frigorífico de suínos, este município fornece uma quantidade bastante baixa de suínos par o abate. Quando se



compara a variação da produção total de suínos, entre 2005 e 2014, nesses municípios, chama a atenção o alto crescimento relativo em Colinas e Teutônia, respectivamente, de 176,2% e 119,0% (Tab. 2).

Tabela 2 - Produção de suínos nos municípios do território - em 2014

Municípios	Produção total estimada (cab.)	Produção Languiru (cab.)	Produção Languiru/total (%)	Varição 2014/2005 (%)
Arroio do Meio	214.760	13.499	6,3	20,7
Colinas	136.276	46.342	34,0	176,2
Estrela	211.820	46.088	21,8	55,3
Imigrante	39.200	17.660	45,1	- 3,1
Poço das Antas	58.030	17.914	30,9	37,5
Teutônia	195.314	82.234	42,1	119,0
Westfália	81.746	51.741	63,3	64,0
Total	937.146	275.478	29,4	60,1

Fonte: Languiru (2015) e IBGE (2015)

Após uma redução na produção regional de suínos, em 2009, a grande maioria dos municípios da região iniciou um período de crescimento acelerado da produção, saltando de aproximadamente 586 mil cabeças, em 2009, para quase 940 mil cabeças em 2014. Destaca-se, principalmente, o acelerado crescimento da quantidade produzida em Arroio do Meio, Estrela e Teutônia. Em 2001 a cooperativa recebia de associados pouco mais de 70 mil suínos e passou a receber, em 2013, em torno de 300 mil animais para o processamento agroindustrial.

Produção de Leite

A produção de leite no Brasil é uma questão social, considerando o grande contingente de agricultores familiares que produzem leite para o mercado, que são tomadores de preço e vivem da renda gerada na atividade. Por isso, tornou-se fundamental o fortalecimento de associações e cooperativas.

A estrutura de oferta do mercado brasileiro de leite se encontra relativamente pulverizada com a participação de pequenos, médios e grandes produtores, o que para



alguns analistas do setor, pode contribuir para o aumento dos custos de captação e armazenamento, em função da menor disseminação da informação. No entanto, na tabela 5, é possível verificar que em 2014 a produção leiteira de mais de 120 milhões de litros recebida pela cooperativa foi produzida de forma pulverizada, com apenas 57,4% desse volume sendo produzido nos sete municípios que formam o território de abrangência da cooperativa. Dentre os municípios que fazem parte da região de abrangência, Teutônia (20,1%), Estrela (16,0%) e Westfália (9,7%) são os principais fornecedores de leite para a cooperativa (Tab. 3).

Tabela 3 – Origem da produção de leite destinada à cooperativa - em 2014

Municípios da amostra	Efetiva (litros)	Relativa (%)	Nº associados
Arroio do Meio	7.519.122	5,5	119
Colinas	4.830.797	3,5	77
Estrela	21.793.173	16,0	346
Imigrante	2.852.081	2,1	45
Poço das Antas	750.548	0,6	12
Teutônia	27.360.871	20,1	434
Westfália	13.277.869	9,7	211
Total - municípios da amostra	78.384.462	57,4	1.245
Bom Retiro do Sul	6.932.331	5,1	110
Cruzeiro do Sul	5.240.187	3,8	83
Mato Leitão	3.029.483	2,2	48
Paverama	3.029.483	2,2	48
Santa Cruz do Sul	3.902.847	2,9	62
Serafina Corrêa	4.939.968	3,6	78
TOTAL	105.458.760	77,3	1.675

Fonte: Languiru (2015)

A maior concentração melhora a escala de produção industrial, reduz o custo de transação na captação do leite e fortalece seu posicionamento frente ao varejista. Uma consolidação da indústria de laticínios afeta toda a cadeia produtiva, aumentando as exigências, principalmente com relação ao produtor de leite. Aspectos como qualidade da matéria-prima e práticas sustentáveis no processo de produção tendem a ser essenciais na captação. A produção total de leite nos sete municípios que formam a região de abrangência da Languiru é de quase 137 milhões de litros, mas apenas 57,3 % desse volume é



destinado à cooperativa, o que pode demonstrar que ainda há potencial para expansão do número de fornecedores dessa matéria-prima na região (Tab. 4).

Dois municípios, que também são grandes produtores de leite na região e que têm um alto percentual de sua produção destinada à cooperativa, são Westfália e Teutônia, respectivamente, com 84% e 75,4 % (Tab. 4). Em Teutônia, onde houve um crescimento de 74% na produção de leite entre 2005 e 2014, está localizada a agroindústria de laticínios da cooperativa.

A relação existente entre o crescimento acelerado da produção de leite nos municípios pertencente à amostra a partir de 2005 coincide com a inauguração da indústria de laticínios em Teutônia, nesse ano. Depois, a partir de 2010, principalmente nos dois municípios que já eram os maiores produtores da região, Teutônia e Estrela, houve um novo crescimento, mais acelerado e constante, da produção total e do volume recebido pela cooperativa.

Tabela 4 - Produção de leite nos municípios representativos do território - em 2014

Produção Municípios	Total (litros)	Languiru (litros)	Languiru/total (%)	Varição (%) 2014/2005
Arroio do Meio	26.300.000	7.519.122	28,6	53,0
Colinas	8.250.000	4.830.797	58,6	45,5
Estrela	40.990.000	21.793.173	53,2	52,0
Imigrante	7.700.000	2.852.081	37,0	11,6
Poço das Antas	1.365.000	750.548	55,0	16,8
Teutônia	36.292.000	27.360.871	75,4	73,9
Westfália	15.800.000	13.277.869	84,0	43,4
Total	136.697.000	78.384.462	57,3	52,2

Fonte: Languiru (2015) e IBGE (2015)

No segmento de processamento industrial do leite, a entrada de novas e grandes indústrias no mercado brasileiro de laticínios gerou uma disputa acirrada na captação de leite, sobretudo nos meses de menor oferta. Essa concorrência por produtores de leite acaba provocando, frequentemente, incremento de volatilidade nos preços ao produtor seja para cima ou para baixo, sendo muito alto o custo de administração desse processo, gerando desgastes excessivos para as empresas.



A estrutura organizacional da indústria brasileira de laticínios sofreu transformações nos últimos anos, com um aumento da participação de empresas menores no mercado e um aumento na captação de leite destinado ao processamento. A escala de produção é determinante na disputa por competitividade, principalmente em termos de custos com a matéria-prima. Para o produtor cresceu a importância da sua fidelidade e da confiança nas agroindústrias que compram a sua produção, criando uma relação de parceria, que torna o seu produto mais competitivo.

Enquanto que a cooperativa destinou, em 2014, 38,1% da sua produção de produtos de frango e 9% da produção de embutidos para o mercado externo, a atuação no mercado externo de carne suína ainda é incipiente e não há registros de atuação no mercado externo de leite em pó. No entanto, as exportações brasileiras de produtos lácteos, principalmente o leite em pó, cresceram um pouco nos últimos anos, sustentadas pelo crescimento da demanda mundial em ritmo mais acelerado do que a oferta internacional. O Brasil tem condições de ampliar a sua participação nesse mercado e ainda atender ao mercado interno, pois as exportações brasileiras de leite ainda representam menos de 1% da produção nacional.

4.3 Valor agregado pela agroindustrialização

As estimativas do valor agregado na produção de carnes de aves e suínos, laticínios e embutidos foram realizadas através do cálculo da diferença entre o que é pago ao associado pela cooperativa e os valores relativos à participação de cada um dos segmentos produtivos na formação do faturamento bruto da cooperativa em 2014. O que é pago ao associado é considerado como sendo o custo total da matéria prima, baseado na produção recebida desses associados pela cooperativa, a partir dos dados fornecidos pela mesma no relatório de atividades de 2014. Verifica-se na tabela 5 que o percentual de agregação total de valor sobre o faturamento bruto foi de 35,5%. Para o segmento de embutidos foi considerado que estes foram processados a partir dos mesmos animais (aves e suínos) que foram recebidos pela cooperativa para a produção de carnes. Por isso, se for considerado que a maior parte dos embutidos tem a carne suína como matéria-prima básica, seria aceitável que grande parte do valor agregado (R\$71.659.645) pelo segmento dos embutidos poderia ser direcionado ao segmento de suínos (Tabela 5).



Tabela 5 - Valor agregado pela agroindustrialização em 2014 – (em R\$)

	Pago ao associado	Faturamento bruto	Agregado (R\$)	Agregado (%)
Aves	210.183.341,0	295.960.160	85.776.818,7	29,0
Suínos	110.057.755,0	133.415.111	23.357.356,4	17,5
Leite	156.932.679,0	238.477.084	81.544.405,0	34,2
Embutidos	-	71.659.645	71.659.645,0	100,0
Total	477.173.775	739.512.000	262.338.225	35,5

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Languiru (2015)

Os valores recebidos pelos associados foram estimados com base nas cotações médias mensais de mercado na região, no ano de 2014, sendo considerado como o preço que o agricultor receberia no mercado local caso ele não entregasse para a cooperativa e os valores de participação dos segmentos (aves, suínos, leite e embutidos) no faturamento bruto foi calculada de forma agregada, com base no Relatório de atividades de 2014 da cooperativa (Languiru, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal propósito deste estudo foi abordar alguns aspectos relacionados com a temática das relações da agricultura familiar com as dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento rural e com as diferentes interfaces com os mercados. Mais especificamente, teve o propósito de aprofundar a discussão em torno do papel das cooperativas na mediação e articulação da agricultura familiar com o desenvolvimento rural e com os mercados agrícolas, agroindustriais e, destacadamente, agroalimentares, por meio das cooperativas agroindustriais.

Nas atuais teorias e políticas de desenvolvimento regional, a premissa tem sido a necessidade de pensar o território como um sistema local que sofre influência de variáveis internas e tem grande interação com sistemas territoriais de maior escala. Este projeto partiu da premissa de que, sob o ponto de vista socioeconômico, as ações deveriam ter como objetivo a implantação e gestão de projetos potencializadores da economia regional- local, visando à geração de renda e oportunidades de trabalho, o fortalecimento da agricultura familiar e a implementação de estratégias de integração competitiva desta com os mercados regionais e global.



A importância de um estudo como este está no entendimento de que os seus resultados poderão contribuir com subsídios para as ações e políticas que venham a incrementar o desenvolvimento dos territórios rurais e da agricultura familiar e a sustentabilidade socioeconômica e ambiental da região.

O que se verifica quando se estudam os territórios rurais mais dinâmicos é que há um ambiente onde são utilizadas algumas potencialidades próprias do território e são aproveitadas as oportunidades externas. Nesses territórios há uma dinâmica socioeconômica local diferenciada de desenvolvimento regional-rural instrumentalizada e mediada por meio de cadeias produtivas, que no caso do território de abrangência da Cooperativa Languiru, são as de carnes de aves e de suínos e a de lácteos. Nesse caso, as potencialidades estão na presença da agricultura familiar e do *capital social* e da disponibilidade de terras férteis, infraestrutura de transporte (estradas asfaltadas) e logística, entre outros.

As oportunidades externas são representadas de diversas formas, como a proximidade com mercados consumidores de alimentos com poder aquisitivo relativamente elevado (região Metropolitana de Porto Alegre), disponibilidades tecnológicas e possibilidade de acesso a grandes mercados consumidores externos de alimentos processados, como é o caso da China, Rússia e de alguns países do Oriente Médio e da Europa. As ligações e as relações entre o *local* e o *global*, dentro dos territórios rurais com predominância de agricultores familiares, podem ser facilitadas quando são realizadas pelas cooperativas agroalimentares ou agroindustriais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política. Porto Alegre, jun. 1999.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Censo Agropecuário 2006*. IBGE, Rio de Janeiro, 2015.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *IBGECidades*. IBGE, Rio de Janeiro, 2016.
- LANGUIRU, Cooperativa. Relatório de atividades do exercício de 2014. Cooperativa Languiru: Teutônia, 2015.



MORAES, J. L. A. *O papel dos Sistemas e Cadeias Agroalimentares e Agroindustriais na formação das aglomerações produtivas dos territórios rurais*. COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - v. 10, n. 1, jan./jun. 2013.

NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. In Revista Estudos Avançados, v. 16, no. 43. São Paulo: USP, 2001.

PECQUEUR, Bernard. *Le développement territorial : une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud*. Institut de Géographie Alpine. Université Joseph Fourier. Grenoble, 2004.

SABOURIN, Eric. *Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores*. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p. Pp.21-37.

SAUTIER, Denis. *Eléments de Perspective. Séance Plénière Finale, Colloque SYAL*. GIS SYAL. Montpellier: outubro, 2002.

SCHEJTMAN, A. BERDEGUÉ, J. *Desarrollo Territorial Rural*. RIMISP, Santiago/Chile: fevereiro de 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. *A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas*. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, 16-19 de novembro de 2003, organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

WANDERLEY, M. N. B. *A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. In: GIARRACCA, Norma (org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31 – 44.